

O PARLAMENTO IMPERIAL E A POLÍTICA EXTERNA PARA O RIO DA PRATA: CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL DURANTE O QUINQUÊNIO LIBERAL (1844-1848)

RAFAEL DA FONSECA TAMAE*

Resumo: A partir da análise dos Anais do Parlamento, o objetivo deste trabalho é apresentar alguns debates que sustentam a ideia de que o Legislativo era um ator importante no processo de formulação da política externa, sobretudo na fiscalização e supervisão das ações do Executivo, indo ao encontro de pesquisas que demonstram a importância do Parlamento para a política imperial. O recorte temporal corresponde ao período do chamado Quinquênio Liberal (1844-1848), período em que diversas questões eclodiram entre Brasil e Argentina, levando à deterioração das relações entre os dois países. Essas questões tinham relação com a política de neutralidade adotada pelo Brasil em relação à Guerra Grande, conflito que foi tanto uma guerra civil pela presidência do Uruguai quanto um conflito entre federais e unitários na Argentina. Assim, foi possível observar que os membros do Parlamento, sobretudo os da oposição, questionavam e criticavam as posições adotadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por sua vez, o ministério, juntamente com deputados e senadores da situação, respondia e rebatia as críticas da oposição, mostrando que havia um interesse por parte dos membros do Gabinete em endereçar essas falas.

Palavras-chave: Parlamento; Rio da Prata; Política externa.

Introdução

A década de 1840 foi um período de grande efervescência política na região platina. Essa instabilidade era resultado de conflitos inerentes aos processos de consolidação nacional pelos quais passavam os países da região, assim como de relações políticas e econômicas que extrapolavam as fronteiras nacionais, que ainda não se encontravam plenamente estabelecidas. O principal conflito do período é a chamada Guerra Grande, que eclodiu em 1839, sendo tanto uma guerra civil pela presidência do Uruguai quanto um conflito entre federais e unitários na Argentina.

Frente a essa situação, a posição brasileira durante boa parte da década de 1840 foi de neutralidade, tendo em vista uma série de fatores internos e externos. No entanto,

* Mestrando do Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP) sob a orientação da profa. Dra. Miriam Dolhnikoff. Bolsista FAPESP. E-mail: rftamae@gmail.com

a segunda metade da década de 1840 viu a rápida deterioração das relações entre a Confederação Argentina e o Império, por causa de uma série de questões relacionadas ao conflito platino, que culminou com o rompimento de relações em 1850. Além do rompimento, mudanças na conjuntura fortaleceram o discurso intervencionista, resultando na Guerra contra Oribe e contra Rosas, nome dado à intervenção brasileira em 1851 que pôs fim à Guerra Grande.

Levando em conta as diversas instâncias responsáveis pela formulação da política externa, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Parlamento, o Conselho de Estado (com destaque para a Seção dos Negócios Estrangeiros) e a Coroa, é preciso entender a evolução dos debates e das opiniões, além da interação entre essas instâncias, conforme a dinâmica política da monarquia constitucional. Ao analisar como esses atores debateram, negociaram e se confrontaram no que diz respeito à questão platina, é possível entender melhor a decisão brasileira pela intervenção.

Neste artigo, cujo recorte temporal corresponde aos anos do Quinquênio Liberal (1844-1848), quando os liberais estiveram no governo, será analisada a atuação do Parlamento, que fiscalizava e cobrava os ministros de Estado, que, por sua vez, se justificavam e prestavam contas para os parlamentares. A partir da análise nos Anais do Parlamento, tanto da Câmara quanto do Senado, será possível compreender melhor a relação entre essas duas instâncias na formulação da política externa brasileira para o Rio da Prata.

A conjuntura platina na década de 1840

A conjuntura platina na década de 1840 foi marcada pela chamada Guerra Grande, conflito que eclodiu em 1839 e que foi tanto uma guerra civil pela presidência do Uruguai quanto um conflito entre federais e unitários na Argentina, mas contando também com o envolvimento do Paraguai e de grupos políticos do Rio Grande do Sul. Para compreender a eclosão desse conflito, é necessário então retomar as disputas políticas internas naqueles dois países e entender suas conexões externas.

O Uruguai havia se tornado independente com o fim da Guerra da Cisplatina e com a assinatura da Convenção Preliminar de Paz em 1828. Assinado pelo Brasil e pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, o tratado, mediado pela Inglaterra, obrigava os países signatários a manter a independência uruguaia e permitia a intervenção em casos

de guerra civil pelo período de cinco anos. Após esse período, o tempo e o modo pelo qual essas obrigações seriam exercidas seriam definidos pelo Tratado Definitivo de Paz, nunca negociado, apesar das diversas tentativas.

A conquista da independência não garantiu estabilidade e o Uruguai mergulhou em uma intensa disputa pela presidência entre os dois partidos que haviam se formado e que dominariam a política uruguaia no século XIX: o partido Colorado, liderado por Fructuoso Rivera e o partido Blanco, liderado por Manuel Oribe.

Já na Argentina, após o fim de mais uma guerra civil entre unitários e federais no começo da década de 1830, se consolidava a liderança de Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, que nutria intenções expansionistas para com o Paraguai e o Uruguai. A vitória de Rosas contra seus rivais unitários implicou no estabelecimento de uma Confederação sob a hegemonia bonaerense. Entretanto, essa hegemonia não era incontestável e os rivais de Rosas buscaram aliados para além das fronteiras argentinas para desafiar sua autoridade. (FERREIRA, 2006, p. 34-36)

Assim, quando da eclosão da Guerra Grande em 1839, duas grandes alianças haviam se consolidado na região platina. De um lado, Rosas passou a apoiar Oribe, refugiado em Buenos Aires após ter sido derrubado da presidência uruguaia no ano anterior por Rivera. Do outro lado, Rivera se aliou com os refugiados argentinos no território oriental e com os governadores das províncias argentinas de Corrientes e Santa Fé, rivais de Rosas. A Guerra Grande – assim como outros conflitos do período – evidencia uma característica importante do contexto platino da época, apontado por Pedro Barrán: os partidos estavam internacionalizados, chegando a existir antes mesmo das próprias nações. (1975, p. 5)

Nos primeiros anos os combates se concentraram no território argentino, mas Rosas conseguiu organizar suas forças, impor sucessivas derrotas aos revoltosos e obrigá-los a recuar para Montevideu. Em fevereiro de 1843, Montevideu foi sitiada, e a guerra se estabilizou sem que nenhuma das partes pudesse se sobrepor à outra. Pelos próximos nove anos, a sobrevivência da capital dependeu de apoio externo, sobretudo da Inglaterra e da França, que deram início a uma intervenção armada no Rio da Prata em 1845, bloqueando portos argentinos, forçando a abertura da navegação dos rios interiores da bacia platina e fornecendo recursos financeiros e militares para a

sustentação da capital. Sem conseguir tomar Montevideu, Oribe organizou um governo rival, reconhecido e apoiado – militar, política e financeiramente – pela Confederação. Chamado de Governo do Cerrito, por causa do local onde as tropas de Oribe haviam se estabelecido, este governo se proclamava o legítimo governo do Uruguai e chegou a controlar todo o interior oriental, mas tinha reconhecimento limitado. (FERREIRA, 2006, p. 61-63)

Enquanto isso, no lado brasileiro da fronteira, a primeira metade da década de 1840 foi marcada pela Revolução Farroupilha na província do Rio Grande do Sul, cujos líderes mantiveram contato próximo com os líderes platinos durante todo o conflito. Mesmo após a pacificação, em 1845, o Rio Grande do Sul continuou sendo afetado pela guerra, já que diversos estancieiros rio-grandenses possuíam propriedades no Uruguai. Dessa forma, os interesses dos estancieiros brasileiros foram atingidos tanto por medidas adotadas por Oribe visando impedir a evasão da riqueza pecuária do país quanto por abusos, repetidas vezes denunciados pelos cidadãos brasileiros no Uruguai, cometidos pelas tropas argentinas e uruguaias. (FERREIRA, 2006, p. 79-82; 87-89)

A política externa brasileira para o Rio da Prata nos anos 1840

Frente a esse panorama tenso, a posição brasileira durante boa parte da década foi de neutralidade frente ao conflito. As razões que levaram o Brasil a se manter neutro são diversas, de acordo com a historiografia.

Amado Luiz Cervo ressalta a associação entre a política de neutralidade e o que ele chama de paternalismo político, fundamentado “no sentimento de solidariedade americana, na ideia de grandeza nacional, internamente, e nos receios dos países vizinhos diante das propagadas intenções brasileiras de conquista, externamente.” (1981, p. 53)

Gabriela Nunes Ferreira explora duas questões principais para a neutralidade brasileira na década de 1840: a Revolução Farroupilha e a intervenção anglo-francesa. A autora defende que, em relação à Farroupilha, se apresentava para o Império

um dilema: o governo da praça de Montevideu, formado sob a influência de Fructuoso Rivera, era o único reconhecido pelo Brasil e outros países como legítimo, e na sua defesa residia a possibilidade da manutenção da independência do Uruguai, ameaçada por Rosas e Oribe; no entanto esse mesmo Rivera constituía uma ameaça aos olhos do governo brasileiro, por sua aliança com os rebeldes rio-grandenses. Diante desses dois interesses conflitantes – pacificação do Rio Grande do Sul e manutenção da independência do Uruguai – o governo brasileiro manteve a única atitude que

lhe parecia possível: estrita neutralidade diante das lutas platinas. (2006, p. 84)

Pacificado o Rio Grande do Sul, a intervenção anglo-francesa, que perdurou até 1850, contribuiu para a manutenção da neutralidade. Havia o receio de participar da intervenção ao lado da Inglaterra e da França e depois ser abandonado, arcando com os ressentimentos criados com as nações vizinhas, ou mesmo com a continuação de um conflito que não havia iniciado. Ademais, a intervenção das potências europeias ajudava na manutenção da independência uruguaia, interesse primordial para o Brasil na região. (2006, p. 112-115)

Wilma Peres Costa também destaca a importância da Farroupilha para a neutralidade brasileira, focando na questão da Guarda Nacional. Sendo a principal força militar do Império, sobretudo na conturbada região platina, sua lealdade dependia da coincidência entre os interesses do governo central e os interesses das elites provinciais que lideravam a Guarda. Com a Farroupilha, o Brasil se viu desarmado e sem possibilidade de atuar na região, congelando a política externa. Assim, a assinatura de uma “paz honrada” com os farrapos em 1845 e a reconquista da lealdade da Guarda Nacional na província, ao lado das vitórias contra as rebeliões regionais, do reordenamento político do Estado, da reestruturação do exército liderado por Caxias e do retorno do Visconde do Uruguai ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, foram fundamentais para a intervenção brasileira. (1996, p. 95-103)

Sendo assim, a neutralidade foi um curso de ação politicamente construído e legitimado pelos diversos atores envolvidos no processo de formulação da política externa, de acordo com as possibilidades de atuação. A neutralidade era uma resposta a pressões internas e externas, a ameaças e a interesses do estado imperial, que foi sendo construída ao longo dos anos pela interação entre os diferentes atores envolvidos no processo. Da mesma forma, a opção pela intervenção começou a ganhar força quando a conjuntura e as possibilidades de atuação começaram a mudar, até que, finalmente, o Brasil decidiu intervir na Guerra Grande em 1851 e dar início à chamada Guerra contra Oribe e Rosas.

Dessa forma, para compreender a formulação da política externa, é preciso entender como as diferentes instâncias se posicionaram frente às mudanças de conjuntura e às diferentes possibilidades de atuação e quais foram os cursos de ação

sugeridos. Também é importante entender as relações que essas instâncias mantinham ao longo do processo de formulação e o impacto de seus posicionamentos na política adotada pelo governo imperial.

O Parlamento e a formulação da política externa brasileira

No que diz respeito à política externa, muitos pesquisadores focaram no papel do ministro e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, minimizando ou ignorando o papel de outras instâncias, como o Parlamento e o Conselho de Estado. Para o período em questão, creditava-se à atuação de Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1849 e 1853, o rompimento da neutralidade e a decisão pela intervenção. Atualmente, diversos autores enfatizam a relação dessas instâncias com o Ministério e sua influência na formulação da política externa brasileira, como é o caso das obras de Cervo e Ferreira.

Sobre o processo de formulação da política externa durante o período imperial, Cervo defende que ele “abrange o conjunto das instituições e perpassava os partidos, os órgãos e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Era feita pelos homens que a moldavam a suas ideias, temperamentos, percepções do interesse nacional e métodos de ação.” (2008, p. 67-68) Em relação ao Parlamento, o autor aponta que essa instância desempenhava

primeiramente, uma função de controle direto das relações externas, através da lei, seu instrumento próprio da ação. [...]

Em segundo lugar, compete ao Parlamento vigiar e fiscalizar precisamente o desempenho dos agentes das relações exteriores, buscando, em princípio, julgar sua adequação ou não com o interesse nacional em jogo [...] A função do Parlamento, sob este aspecto, independe da elaboração da lei, porque se define através da crítica, do posicionamento e das atitudes tomadas diante dos fatos, podendo induzir mudanças no desempenho dos referidos agentes.

Quando o debate amadurece, sob a influência da reflexão, da experiência e do estudo, atinge-se o terceiro nível da atuação parlamentar: a geração de ideia, de teorias e doutrinas, ou seja, o nível da elaboração do pensamento político, que se consubstancia em diretrizes de política externa. (1981, Introdução)

Por essas razões, o autor caracteriza o parlamento como uma verdadeira escola da diplomacia e defende que a atuação dos ministros era um reflexo dos debates parlamentares.

Na mesma linha, Ferreira aponta que “não se pode menosprezar o peso da opinião e controle parlamentar sobre as decisões do governo em matéria de política externa”, acrescentando mais a frente que “A condução da política exterior do Império

era portanto, em grande medida, pautada pelas discussões e opiniões geradas no âmbito do Parlamento e, mais ainda, do Conselho de Estado.” A autora também destaca alguns momentos da rotina legislativa imperial que eram propícios para os debates em torno do tema, sendo esse o caso das discussões em torno da Fala do Trono e da resposta à Fala (o chamado Voto de Graças) – que sempre faziam menção às relações exteriores do Império – e do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiro. (2006, p. 133-136)

Os debates no Parlamento

Tendo em vista que a neutralidade foi uma escolha política, a possibilidade de que ela fosse abandonada e de que o governo brasileiro optasse pela intervenção atraiu a preocupação do Parlamento. Essa possibilidade começou a ser discutida já em 1845, normalmente ligada às discussões sobre os deveres da Convenção Preliminar de Paz de 1828, a importância do Tratado Definitivo de Paz e as interpretações a respeito da ameaça à independência uruguaia. Ao longo desse debate também se discutiu a política dos ministérios, já que os membros da oposição acusavam o governo brasileiro de procurar a guerra com a Argentina, julgando certas decisões como violações da neutralidade brasileira e preparativos para a guerra.

Assim, o deputado baiano Ângelo Muniz da Silva Ferraz, considerado um dos líderes da oposição, no dia 5 de fevereiro de 1845, receando que o governo se preparasse para uma guerra contra a Argentina para garantir a independência uruguaia lembrava que “esta obrigação é subordinada a certas condições, que ela depende do definitivo tratado de paz, quanto à forma e às hipóteses, ou ocasião de ser satisfeita, e portanto não posso crer na necessidade dessa força para esse fim que eu suponho existir.” (Anais da Câmara dos Deputados, 1845, sessão de 5 de fevereiro, v. 1, p. 457.)¹

No dia 31 de março, em resposta a um discurso do deputado Ferraz, no qual manifestava novamente seu receio de que o governo buscasse a guerra contra a Confederação, o ministro dos Negócios Estrangeiros Ernesto Ferreira França lembrou ao deputado que “Eu já aqui declarei, e creio que é público no Brasil, o meu afinco à paz [...] Declaro que quanto à questão entre Buenos Aires e o estado Oriental, não tem o governo seguido senão a política da neutralidade, não se tem apartado dela; [...].”(ACD, 1845, sessão de 31 de março, v. 2, p. 362.)

¹ A partir de agora, as citações referentes aos Anais da Câmara dos Deputados serão abreviadas como ACD.

Durante essas discussões, vários deputados reforçavam a necessidade de guarnecer a fronteira, tendo em vista as movimentações de tropas estrangeiras nos território limítrofes. Exemplo disso é o discurso proferido pelo deputado fluminense João Paulo dos Santos Barreto em 29 de janeiro de 1845, no qual defendia que

As precauções a tomar em relação ao estado de força dos estados limítrofes estão na possibilidade do rompimento de uma guerra próxima ou remota: se o rompimento é remoto, prepare-se a nação antecipadamente, e então temos um estado intermediário que os publicistas reconhecem, e que não é estado de paz ou de guerra, mas intermédio, e que se chama de estado de paz armada. É exatamente o estado em que se deve estar o Brasil, ainda mesmo terminada a luta do Rio Grande, enquanto certas questões se não decidirem [...]. (ACD, 1845, sessão de 29 de janeiro, v. 1, p. 367.)

A necessidade de defender a fronteira também era ressaltada pelo então ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho. Assim, no dia 4 de abril, afirmava que

devemos considerar que ao correr da nossa extensa fronteira existem forças dos estados vizinhos, forças que podem fazer incursões dentro do nosso território; e portanto não devemos deixar desguarnecida a fronteira para não nos arriscarmos a algum insulto. Nesses países vizinhos se ventilam questões muito importantes, a que o Brasil não deve ficar inteiramente estranho, já pelos seus interesses, já pelos seus compromissos, porque temos tratados que nos ligam a obrigações definidas. (ACD, 1845, sessão de 4 de abril, v. 2, p. 435.)

O receio de que o Brasil buscasse a guerra contra a Argentina também era motivo para que alguns deputados censurassem a política do ministério. Por exemplo, o deputado Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, um importante nome dos conservadores, em discurso no dia 22 de maio de 1846, entendia que

A administração passada [gabinete de 2 de fevereiro] teve em certa época veleidades de guerra com a Confederação Argentina. Veleidades semelhantes às das crianças que querem, e logo depois não querem; que querem sem saber por que, e logo não querem sem razão suficiente. Estas veleidades precipitaram a administração em um sistema oposto, e quando quis recuar já estávamos comprometidos. (ACD, 1846, sessão de 22 de maio, v. 1, p. 156.)

No dia seguinte, Ferreira França, ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 2 de fevereiro de 1844, saiu em defesa da política que havia sido colocado em prática durante seu período a frente do ministério, apontando que

Alega-se, Sr. presidente que há um princípio que explica a política do ministério de 2 de Fevereiro a respeito do Rio da Prata; vem a ser veleidades de guerra; pelo contrário, o ministério foi firme em sustentar a paz com a Confederação Argentina, porque a política tinha por fim principal a pacificação do sul, fim conseguido como sabe a câmara, pacificação gloriosa, por mais que até disso queiram fazer um crime à administração de 2 de Fevereiro. (ACD, 1846, sessão de 23 de maio, v. 1, p. 176.)

No dia 28 de maio, Antônio Paulino Limpo de Abreu, que havia ocupado o Ministério dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 26 de maio de 1845 e que acabara de deixar o cargo, se pronunciou para defender suas ações quando ministro. Assim, invocando a Convenção Preliminar, o Tratado Definitivo e as acusações de que Rosas ameaçava a independência uruguaia, argumentava que

da convenção de 27 de Agosto de 1828 não podia o governo deduzir o direito de abandonar a política do direito comum, a política da neutralidade, para adotar uma exceção nessa política, a intervenção.

Seguia-se examinar se os interesses do Brasil, evidentemente demonstrados, lhe deviam aconselhar esta exceção na política do direito comum. Eu entendi que não. Senhores, a província do Rio Grande do Sul acabava de pacificar-se; o governo do Brasil acabava de fazer os maiores sacrifícios, tanto de sangue como de dinheiro, para restabelecer a ordem naquela província. [...], se acaso o governo do Brasil abandonasse esta política [de neutralidade], era sem dúvida, senhores, levantar-se o cerco da praça de Montevidéu, e passar-se para o Rio Grande o teatro da guerra.

Entendo pois que nem a convenção de 27 de Agosto de 1828, nem os interesses do Brasil que eram nessa ocasião os interesses da paz, podiam trazer o governo a abandonar a política da neutralidade para adotar a intervenção. (ACD, 1846, sessão de 28 de maio, v. 1, p. 226-227.)

O Senado também foi palco de debates em torno da possibilidade do rompimento de um conflito. Já em 17 de fevereiro de 1845, o senador conservador Honório Hermeto Carneiro Leão criticava a política do ministério, manifestando “a persuasão em que está de que o governo atual não tem dirigido bem os negócios do Rio da Prata. Umas vezes parece querer ameaçar com um rompimento alguma daquelas repúblicas, outras parece querer coadjuvá-la; não mostra coerência alguma.” (Anais do Senado, 1845, sessão de 17 de fevereiro, Livro 2, p. 92.)²

No dia 5 de julho do mesmo ano, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, então Ministro da Marinha e Ministro interino da Guerra, durante a discussão sobre a fixação de forças de mar, defendia que “Pode uma nação não estar em guerra com outra, não ter perturbação nenhuma interna, e todavia o estado das nações suas vizinhas aconselhar-lhe alguma prevenção, e não deve então essa nação considerar-se em estado ordinário.” (AS, 1845, sessão de 5 de julho, Livro 3, p. 223.) Referindo-se à fala do ministro, o conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos, em discurso no dia 28 de julho, concordava com a necessidade de se preparar para um conflito que parecia se aproximar, mencionando inclusive o possível inimigo com o qual o Brasil lutaria:

² A partir de agora, as citações referentes aos Anais do Senado serão abreviadas como AS.

Repetiu ele um adágio que já tem cabelos brancos – que quem quer a paz deve preparar-se para a guerra –, e nisto funda inconsideradamente o seu sistema. Os preparativos de guerra devem ser feitos em relação às forças de algum Estado com o qual seja provável que o Brasil entre em luta, e que, segundo o nobre ministro da marinha, parece ameaçar o Brasil com uma guerra, é o Estado de Buenos Aires; [...]. (AS, 1845, sessão de 28 de julho, Livro 3, p. 348.)

Em 1847, há uma intensificação do temor de uma guerra com a Argentina e das desconfianças em relação a Rosas, e passam a predominar as discussões sobre como se preparar para um conflito que parecia cada vez mais iminente. No entanto, o governo ainda se mostrava comprometido com a política de neutralidade. Dessa forma, no dia 1º de junho de 1847, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho afirmava que

Essa política [de neutralidade] não pode ser abandonada senão desde que nós tivermos justos fundamentos para acreditar que a independência do Estado Oriental do Uruguai se acha em perigo. Esse receio não pode proceder *simplesmente* da vitória do general Oribe. Sem que nós possamos convencer-nos de que a independência do Estado Oriental do Uruguai vai ser destruída, não abandonaremos a política da neutralidade. (ACD, 1847, sessão de 1º de junho, v. 1, p. 232, grifo no original.)

No dia 5 de junho, o ministro da Marinha, Cândido Batista de Oliveira reiterou o interesse brasileiro em resolver as questões com a Argentina pela via diplomática, mas também reconheceu que havia a possibilidade de um conflito, para o qual o Brasil se preparava. Assim, o ministro declarava que

o governo imperial julga não só possível, mas espera com fundamento que algumas diferenças que têm nascido daquele estado de coisas entre o governo do Brasil e o governo [argentino] que aí representa, ou procura representar os interesses de toda aquela região denominada do - Prata; - que essas dificuldades, digo, desaparecerão mediante o emprego conciliador da diplomacia. Se, todavia, for o governo frustrado nas suas louváveis esperanças, ele não se descuida em preparar-se para qualquer eventualidade que possa haver, proveniente da causa apontada: e me persuado que os interesses do Brasil não serão postergados, nem por falta de prudência de sua parte, nem por falta de cooperação da parte dos brasileiros, a quem incumbe defender a honra do país. (ACD, 1847, sessão de 5 de junho, v. 1, p. 270-271.)

Em 15 de julho, o conservador D. Manoel de Assis Mascarenhas, deputado por Goiás também se manifestou em relação à eventualidade de um conflito, dizendo que

Conheço o caráter do governador de Buenos Aires: esse homem contentar-se-á com o que forma atualmente a república Argentina? É claro que não; e a prova mais convincente e exuberante são as suas relações com o Estado Oriental do Uruguai, embora, senhores, se diga que o capitão-general de Buenos Aires não quer nada do Estado Oriental, que apenas protege a causa de Oribe, que supõe justa, e que, desde o momento em que empossar Oribe

no poder, retirar-se-ia e ficará o Estado Oriental conservando a sua independência garantida por tratados.

Eu, senhores, creio que sobre este ponto não haverá muitas pessoas que o acreditem, e que não concordem em que o governador de Buenos Aires concebeu o grande projeto de formar uma Confederação Argentina composta do Estado Oriental, do Paraguai, e por ventura de uma parte do território pertencente à província do Rio Grande do Sul. (ACD, 1847, sessão de 15 de julho, v. 2, p. 148.)

O conservador D. Manoel ia além da desconfiança, afirmando que não só não era possível estabelecer negociações, como uma possível vitória por parte de Rosas e Oribe na Guerra Grande representaria uma ameaça para o Brasil, uma vez que seria o primeiro passo para a execução da política expansionista do governador argentino. Por esta razão criticava de forma contundente a política do ministério liberal, considerando os preparativos insuficientes. Em seguida, o deputado perguntava

Que preparativos temos nós feito para que o tratado de Agosto de 1828 seja cumprido? Acredita o governo que pode cruzar os braços no dia em que a república do Uruguai passar a fazer parte da Argentina? Não conhece que os interesses do país exigem que ponhamos todos os obstáculos a este ato? (ACD, 1847, sessão de 15 de julho, v. 2, p. 148.)

Em 17 de julho, o ministro Saturnino respondeu ao deputado, dizendo que

não sou apaixonado pela guerra, e não darei nenhum passo que possa precipitá-la. Sobre negócio tão transcendente e importante como este, não posso dizer mais do que a política do governo será dirigida pelos interesses da paz enquanto ela for compatível com a conservação da dignidade nacional e dos nossos direitos. Não posso adiantar mais. (ACD, 1847, sessão de 17 de julho, v. 2, p. 177.)

Tendo em vista as questões não resolvidas, o receio de uma guerra e as desconfianças em relação à Argentina, o deputado Paulino, no dia 19, questionou se

No estado de complicação em que estão os nossos negócios com a confederação Argentina, não será para recear que, desembaraçado Rosas da Inglaterra e da França, venha sobre nós? Estamos nós preparados? Creio que devemos fazer todos os sacrifícios compatíveis com a honra e dignidade do país para manter a paz; mas o desejo da paz é mais uma razão para prepararmos para a guerra. (ACD, 1847, sessão de 19 de julho, v. 2, p. 197.)

No dia 20 de julho, D. Manoel, ao responder ao ministro Saturnino, expôs seu pensamento a respeito do direito brasileiro de iniciar uma possível intervenção armada, apontando que

uma nação tem o direito de intervir nos negócios interiores de outra, uma vez que seus interesses essenciais e a sua segurança imediata se acham gravemente comprometidos; resta pois saber se por ventura os nossos interesses essenciais, a nossa segurança imediata estão gravemente comprometidos, continuando essa luta desastrosa entre as duas repúblicas do Prata. (ACD, 1847, sessão de 20 de julho, v. 2, p. 209.)

Desta forma, no debate sobre a situação do Prata, a partir de 1847, começam a se delimitar duas posições que se confrontavam: de um lado, os defensores da via diplomática, que implicava em negociação com Oribe e Rosas, do outro, aqueles que defendiam a guerra contra ambos.

Enquanto os deputados debateram longamente as questões externas e as relações com as nações platinas nesse ano, o Senado pouco se manifestou sobre o assunto. Neste ano, entretanto, é de se destacar a participação do então conde de Caxias, senador pela província do Rio Grande do Sul durante a discussão sobre o arrendamento de uma região daquela província denominada Rincão do Saican. Assim, no dia 18 de maio de 1847, Caxias se opôs ao arrendamento, tendo em vista que “tarde ou cedo é provável que tenhamos de lutar com as repúblicas vizinhas, e claro está que o rincão do Saican, se fosse agora arrendado, vinha a fazer-nos uma falta imensa.” (AS, 1847, sessão de 18 de maio, Livro 1, p. 112.) Outros senadores se manifestaram sobre a conveniência do arrendamento, mas apenas Caxias invocou argumentos de ordem estratégica, o que pode ser creditado à sua experiência como general no Rio Grande do Sul.

O ano de 1848 viu a continuação dos debates a respeito de uma possível guerra com a Argentina e a necessidade de se preparar, reforçados agora pela atuação da bancada rio-grandense, que até este momento, curiosamente, não havia participado dos debates em torno da política externa brasileira. Os deputados daquela província passaram a denunciar de maneira particularmente intensa as violências contra os cidadãos brasileiros no Uruguai e os prejuízos que eles sofriam por causa das medidas tomadas por Oribe para manter a riqueza pecuária oriental no país, alimentando o debate sobre qual seria a melhor política a se seguir para a região.

Dessa forma, durante as discussões a respeito do voto de graças, em discurso proferido no dia 26 de maio daquele ano, o deputado rio-grandense Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, argumentava que

a política do império não se deve circunscrever a essa política de inércia, a essa política que se limita a demonstrar unicamente desejos, a formar votos pela pacificação daquelas repúblicas. [...] Nós estamos obrigados a garantir a independência daquela república pela convenção de 27 de Agosto de 1828, em que concordamos; aí não são simples palavras — república Oriental, — mas sim a realidade que essas palavras encerram em si; mas esta realidade dar-se-á acaso? [...]

Todos estes fatos me fazem acreditar, ou de alguma sorte me induzem a suspeitar que Rosas, se não tem algum projeto sério a respeito da

reincorporação do Estado Oriental a república Argentina, tem ao menos o desígnio de exercer ali um predomínio exclusivo, predomínio que não julgo compatível com o espírito da citada convenção de 1828. [...]

[...] Não quero dizer com isto que se faça a guerra a Rosas, que nos declaremos contra Oribe, o que quero é que nos armemos, que fortifiquemos as praças fronteiras do Rio Grande, que aumentemos o nosso exército e marinha, e depois de colocados nesta atitude, apresentemos as nossas reclamações a Rosas; exijamos dele satisfação dos nossos direitos sustentando-os mesmo com a força quando isto seja preciso. (ACD, 1848, sessão de 26 de maio, v. 1, p. 149-150.)

Outro deputado daquela província, o deputado José Martins da Cruz Jobim discursou no dia 15 de junho e apontou que

me tem parecido há muito tempo uma coisa estranha e inconcebível o comportamento que os governos do Brasil tem tido em relação às repúblicas do Rio da Prata, quando se tem vistas o tratado de 28 de Agosto de 1828. [...] Ora, parece-me que este tratado tão solene, em que vem um artigo expresso reconhecendo a independência do estado Oriental, não pode deixar de ser considerado como violado pelas circunstâncias que se apresentam atualmente. [...]

Creio, Sr. presidente, que não se pode deixar de admitir que cometemos um ato de pouca nobreza, abandonando o estado Cisplatino às forças e ao arbítrio de Buenos Aires. [...]

Ora, se nós considerarmos a questão por outro lado, vemos que o ditador Rosas tem intenções sinistras de violar o tratado de que fiz menção, não só por esses fatos que o Sr. Fernandes Chaves já referiu aqui, como também pelas circunstâncias que denotam bem que as forças que se acham no estado Oriental obedecem ao Sr. restaurador das leis, Rosas; [...]. (ACD, 1848, sessão de 15 de junho, v. 1, p. 230-231.)

No dia 17 de junho, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Bernardo de Souza Franco respondeu ao discurso do deputado Jobim, dizendo que

o governo ainda se não persuade que tenha chegado a ocasião de separar-se da política de perfeita neutralidade que tem sido seguida até hoje, que é tão aconselhada pelos conselheiros da coroa, e a que tão explicitamente se refere a fala do trono. [...]

O governo esforça-se muito em zelar os interesses que se julgam ofendidos, e dado o caso da necessidade de outras medidas, o governo as tomará, e então espera que será apoiado por toda a nação brasileira. (ACD, 1848, sessão de 17 de junho, v. 1, p. 243.)

Não apenas os ministros e os deputados rio-grandenses participaram dos debates sobre a política externa no ano de 1848, que continuaram a contar com a participação de deputados de outras províncias. No dia 1º de agosto, o deputado Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, importante nome do Partido Conservador, pedia

ao Sr. ministro que trate de esclarecer a tal respeito a opinião pública quanto ser possa sem comprometimento dos interesses do império, porque não é do interesse do orador criar embaraços ao governo, principalmente em suas relações para com o estrangeiro. Mas considera bom não perder o governo do Brasil ocasião para fazer sentir do modo o mais solene que não está disposto a recuar diante de contingente algum, mesmo de rompimento, para manter a

independência da república Oriental. (ACD, 1848, sessão de 1º de agosto, v. 2, p. 156-157.)

No dia 3 de agosto, o deputado Paulino chamou a atenção para a deterioração da posição brasileira no Prata. Tocando na questão da Convenção Preliminar e nas ameaças à independência do Uruguai, o deputado apontava que

A convenção de 1828 foi o resultado de tantos sacrifícios; e qual foi a posição em que nos deixou essa convenção? Reconheceu a independência da Cisplatina, isto é, colocou entre a confederação Argentina e o Brasil um perpétuo e constante pomo de discórdia.

[...] Criou ali uma pequena república que, pela sua limitada extensão e pelos seus antecedentes, tem e há de ter naturalmente sempre caudilhos que disputem a dominação, e o disputem com incômodo nosso: em último resultado nós é que sofremos.

Em 1828 fez-se essa convenção preliminar até que um tratado definitivo de paz fosse celebrado; entretanto têm decorrido 20 anos sem que o tenhamos podido conseguir, e dificilmente o conseguiremos. Assim todas as dificuldades daquela época estão ainda diante de nós com todas as suas exigências. (ACD, 1848, sessão de 3 de agosto, v. 2, p. 165.)

No dia seguinte, dia 4 de agosto, foi a vez do deputado Ferraz afirmar que “Une-se com o Sr. Paulino para chamar a atenção do gabinete sobre o estado de nossas relações com as repúblicas do Rio da Prata.” Mais a frente em seu discurso

Chamou também o nobre deputado a atenção do ministério sobre o desejo que tem Rosas de invadir o nosso território. [...] Entendo que a política do governo deve ser a política da neutralidade estrita até quando os negócios o exigirem; logo que o gabinete conhecer quais são os fins sinistros a que tende a reunião de forças de general Oribe ou do ditador Rosas, deve mudar a sua política. Para este fim é necessário que o gabinete esteja preparado. Mas como estará preparado, disse o Sr. Paulino, se o exército do Rio Grande do Sul diminuiu de um modo espantoso? (ACD, 1848, sessão de 4 de agosto, v. 2, p. 169.)

Nesse discurso, Ferraz defendia que a política de neutralidade havia servido seu propósito e que havia chegado o momento de uma nova política. Isso não era possível, no entanto, enquanto não estivesse bem delimitado o desfecho da Guerra Grande, de modo que o Brasil esperava o desenrolar dos eventos para tomar nova posição. No meio tempo, deveria se preparar para o momento da mudança.

O ministro Souza Franco respondeu aos discursos dos deputados Paulino e Fernandes Chaves no dia 5 de agosto, apresentando seu raciocínio para defender a neutralidade:

Se essas tentativas [contra a independência do Uruguai] são tão antigas, o orador desejava saber se foram desde então combatidas, ou se se procurou reprimi-las. Acredita que a conduta anterior podia servir de exemplo para a conduta da atualidade. Se os nobres deputados citando fatos de data anterior não mostraram que atualmente se deram circunstâncias que exijam medidas

de um caráter muito extraordinário, como exigir a mudança de política? (ACD, 1848, sessão de 5 de agosto, v. 2, p. 176.)

O Senado também debateu as polêmicas não resolvidas e a conveniência de se preparar para o caso de qualquer eventualidade, mas de maneira bem menos acalorada que na Câmara. Assim, em 10 de julho de 1848, o então ministro da Guerra Santos Barreto, no debate sobre a fixação das forças de terra, respondendo a um discurso do senador Carneiro Leão, apontava que

O nobre senador tem bastante conhecimento da necessidade em que estamos de ter no Rio Grande mais alguma força. [...] O governo julga indispensável que haja um aumento de força de cavalaria naquela província, e a não ser esta necessidade, dispensaria certamente o destacamento da guarda nacional. Parece-me não ser necessário acrescentar algumas outras razões a este respeito; se, porém, o nobre senador não se contentar com isto, então dar-lhe-ei mais miúdas informações. (AS, 1848, sessão de 10 de julho, Livro 3, p. 214.)

Se julgando satisfeito com a explicação, o senador, entretanto, acrescentava que “é necessário meditar sobre os meios de o [o sistema de guerra atual] reformar, porque ele nos torna inferiores à Confederação Argentina, com quem poderemos ter questões a ventilar.” (AS, 1848, sessão de 10 de julho, Livro 3, p. 222.)

O senador Vasconcelos também fez comentários sobre a situação das relações exteriores brasileiras no dia 12 de julho, aconselhando que “cumpria sobretudo cuidar na defesa permanente do Rio Grande. [...] segundo a minha opinião, mais perigo corremos com a paz do que com a guerra das duas repúblicas mais devemos rezear da paz do que da guerra entre elas.” (AS, 1848, sessão de 12 de julho, Livro 3, p. 284-285.)

Conclusão

A partir desse trabalho, foi possível identificar algumas tendências no papel que o Legislativo cumpria na formulação da política externa. Dessa forma, as críticas apresentadas no Parlamento, e as manifestações de ministros e ex-ministros para explicarem e defenderem suas ações mostra que essa instância cumpria sua função de vigiar e fiscalizar o Executivo, que, por sua vez, prestava contas ao Legislativo. Também é interessante destacar a partidarização identificada nos debates no Parlamento, onde as críticas mais duras vinham dos membros conservadores, que constantemente questionavam o ministério, que se defendia com o apoio dos parlamentares liberais.

Também é importante salientar a participação de parlamentares de diversas províncias no debate sobre a política externa e a situação platina, não sendo essa uma questão que tocava apenas a bancada rio-grandense. O protagonismo desses outros deputados e senadores e o fato de que os representantes do Rio Grande do Sul começaram a participar ativamente do debate apenas no ano de 1848 permite apontar que a conjuntura platina e a situação naquela província meridional preocupavam toda a elite política brasileira, e não apenas aqueles que seriam os mais afetados pela Guerra Grande.

No que diz respeito à política de neutralidade, é possível observar como ela foi frequentemente contestada, tanto por parlamentares que consideravam certas ações ministeriais um desvio dessa política quanto por parlamentares que defendiam seu fim. Em resposta a essas contestações, a conveniência da manutenção da neutralidade foi defendida por diversos parlamentares e, sobretudo, pelos ministros, que por mais que não discordassem das críticas e da necessidade de se preparar para qualquer eventualidade, ainda se mostravam determinados a resolver as questões pelas vias diplomáticas durante os anos aqui analisados.

Bibliografia

Fontes

Anais da Câmara dos Deputados. Versão eletrônica. Site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>>

Anais do Senado. Versão eletrônica. Site do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp>

Bibliografia

BANDEIRA, Luis Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1995.

BARRÁN, José Pedro. *Historia uruguay: tomo 4 (1839-1875). Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UnB, 2008.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles*. São Paulo-Campinas: Editora Hucitec-Editora da Unicamp, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: as origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.